

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014

Maria Cecília Eduardo

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná

RESUMO: O financiamento de campanha tem sido citado com destaque como um dos fatores do baixo desempenho feminino na conquista de cargos eletivos. O presente artigo busca (i) analisar como se dá a distribuição dos recursos financeiros nos partidos políticos na campanha eleitoral, para os cargos proporcionais federais, entre mulheres e homens, nas eleições de 2014. E em seguida, pretende (ii) verificar se há uma relação entre os recursos financeiros declarados e o desempenho das/os candidatas/os. Constatou-se que em na grande maioria dos partidos a distribuição dos recursos esteve concentrada nos candidatos homens. Além disso, verificou-se que nos partidos em que as receitas das mulheres foram maiores ou mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi melhor do que o de seus pares masculinos.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho eleitoral, Gênero, Financiamento de campanhas, Eleições 2014, Partidos políticos

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres em processos de tomada de decisão é baixa em quase todo o mundo. Atualmente, segundo levantamento da Inter Parliamentary Union (IPU), apenas 23% das cadeiras das casas legislativas, de mais de 187 países, são ocupadas por mulheres. Segundo o mesmo levantamento, até 2014, o Brasil ocupa a 155ª posição no ranking mundial de representação feminina, com apenas 9,9% dos assentos na Câmara dos Deputados sendo ocupados por mulheres.

A legitimidade adquirida pela perspectiva de necessidade do aumento da participação feminina nas esferas decisórias, juntamente com a pressão constante do movimento de mulheres, fizeram com que um número grande de países adotasse medidas afirmativas, as cotas em particular, visando a alteração desse quadro. No Brasil, em setembro de 1995, logo após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, temos a aprovação da Lei n.º 9.100, a qual, estabelecendo novas normas para a realização das eleições municipais de 1996, determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. No ano de 1997, essa mesma lei estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional e ainda altera o texto do

artigo passando a haver não mais uma cota mínima para as mulheres, mas sim uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para qualquer um dos sexos.

Passados mais de 20 anos da implementação dessa lei, o aumento da presença feminina nos cargos eletivos ainda é muito baixo. Dentre os fatores apontados como determinantes desse insucesso, podemos destacar o financiamento de campanha. Uma vez que, a distribuição desse recurso ocorre de maneira desigual entre homens e mulheres. E essa desigualdade é colocada como uma das causas preponderantes para explicar o baixo rendimento feminino nas urnas (SACCHET & SPECK, 2012a; ARAUJO, 2013)

Dito isso, o presente texto busca verificar se há uma relação entre os recursos financeiros declarados e o desempenho dos candidatos nas eleições de 2014. Pergunta-se: em que medida a arrecadação entre mulheres e homens difere? Essas eventuais diferenças estão mais concentradas em determinados partidos políticos? E podem ser relacionadas aos desempenhos eleitorais femininos e masculinos? As hipóteses apresentadas são duas: acredita-se que (i) serão encontradas particularidades significativas na distribuição de recursos financeiros das candidatas e dos candidatos, estes possuindo uma maior concentração de recursos; e, (ii) essa diferença na distribuição afetará o desempenho eleitoral dos concorrentes, ou seja, candidatos/as com mais recursos terão um melhor desempenho.

O capítulo está dividido em quatro partes. A primeira traz algumas informações sobre o processo de participação política feminina, falando de maneira sucinta dos entraves colocados há tempo atrás que ainda persistem na dinâmica política. A seção seguinte explica quais os procedimentos metodológicos foram mobilizados nesta investigação. Na sequência, temos a apresentação do panorama geral e dos dados relativos às eleições de 2014. E, por fim, as considerações que consideramos pertinentes em relação aos achados.

1 | MULHERES E POLÍTICA

Fazendo uma breve retomada histórica do desenvolvimento do nosso mundo ocidental, vemos que com o advento da modernidade ocorreram significativas modificações nos papéis de gênero. A industrialização crescente na Europa do século XVIII fez com que essa passasse por um processo de reorganização econômica e social. Surge daí a família burguesa, num distanciamento entre os espaços público e privado – este restrito ao lar. Nessa mesma época, temos o surgimento de uma nova concepção de infância e a criança passa a merecer atenção específica, a qual cabia à mulher. Esta assume a responsabilidade pela educação dos filhos, inclusive a transmissão de valores, numa função que atendia aos interesses do Estado e da Igreja. (COELHO & BAPTISTA, 2009)

Isso mostra que o mundo moderno atribuiu à mulher funções próprias do domínio

privado, na manutenção de uma estrutura que permitiu aos homens o envolvimento com assuntos políticos e econômicos, próprios do domínio público. Vemos assim que o gênero é o elemento central das definições assumidas pela oposição público-privado na modernidade. Pateman (1993 apud Biroli, 2009) coloca que:

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (Pateman, 1993, p. 28 apud Biroli, 2009, p. 275).

É o direito moderno dos homens que constitui as noções de indivíduo e universalidade, que por sua vez estruturam a compreensão liberal da esfera pública. E o elo que estabelece as relações entre as duas esferas seria a subordinação das mulheres aos homens, tanto na vida privada quanto na pública, fazendo com que a submissão feminina e a liberdade e autonomia dos cidadãos sejam inseparáveis. (BIROLI, 2009)

Devido a isso todo o processo de entrada da mulher na política vem sendo marcado por várias dificuldades que vão desde a falta de recursos, como tempo e dinheiro, até a persistência de paradigmas conservadores como, por exemplo, a ideia de que política não é coisa de mulher. Soma-se a isto o fato de que, como lembram Araújo et. al. (2002), o campo político já possuía suas regras, as quais foram estabelecidas e estruturadas segundo critérios, dinâmicas, valores e referenciais masculinos.

Visando a alteração desse quadro um grande número de países adotou medidas afirmativas, como as cotas, que buscam atingir um princípio de igualdade que vai além da ideia de direitos iguais no formato da lei. Ela é norteada pelo princípio que pressupõe a construção das condições necessárias para a efetivação da igualdade que, por sua vez, se consolida por meio de resultados e não somente condições iguais. Vemos que a igualdade formal tem se mostrado insuficiente na remoção de barreiras estruturais, explícitas e implícitas, que dificultam o acesso a certos grupos de serem selecionados como candidatos. (SACCHET, 2013)

Contudo, a adoção das cotas partidárias, apesar do aumento quantitativo de candidaturas de mulheres, tem se mostrado frágil como via de ampliação da participação política feminina. Vários são os fatores apontados para a falta de sucesso dessa política, dentre eles o financiamento de campanha aparece como um dos pontos centrais para o entendimento da baixa eficácia das cotas. Isso porque existe uma distribuição desigual de recursos entre os candidatos, havendo o favorecimento de certos grupos com a consequente exclusão de outros. Sabemos que a falta de recursos afeta homens e mulheres, porém, estas são afetadas de maneira desproporcional, uma vez que possuem uma situação socioeconômica inferior e conseqüentemente menor acesso às redes e grupos de financiadores. É primordial uma situação de paridade entre os gastos de campanha dos que competem para que haja de uma competição mais democrática, principalmente num sistema eleitoral como o nosso, de representação proporcional e listas abertas, no qual todos disputam contra todos pelo

voto do eleitorado. (SACCHET, 2011)

Um último ponto que devemos mencionar é o papel central que os partidos políticos assumem nas eleições, especialmente em países como o Brasil, onde não existe a possibilidade de candidaturas avulsas. São eles os primeiros funis para a entrada na vida pública, pois fazem o recrutamento e a seleção dos candidatos, organizam as campanhas e dão o tom das disputas programáticas e eleitorais. Segundo Sacchet (2013), para termos um aumento de mulheres em cargos políticos-decisórios é necessário o entendimento da função partidária nas diferentes fases citadas anteriormente, bem como, o mapeamento dos obstáculos existentes, e a definição de políticas que possam ser implementadas nas estruturas dos partidos.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho utiliza um desenho quantitativo de pesquisa e tem como sua principal fonte o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O banco de dados utilizado na pesquisa surgiu da coleta das informações disponíveis no site do TSE, mais precisamente no sistema DivulgaCandi. É importante ressaltar que os dados sobre financiamento apresentados aqui podem ser diferentes de valores apresentados em outro momento, uma vez que os valores são ajustados de forma permanente. A extração dos dados utilizados nesta pesquisa se deu em março de 2015, pelo grupo de pesquisa coordenado pelo professor Rodrigo Rossi Horochovski.

Neste trabalho, optamos pela utilização das variáveis financiamento de campanha e gênero para a análise do desempenho eleitoral dos/as concorrentes. Com isso, buscamos observar a distribuição dos recursos financeiros e a desenvoltura eleitoral de homens e mulheres. Não ignoramos, porém, que são muitos os fatores que influenciam no processo de participação na competição política, principalmente no caso das mulheres. Todavia, acreditamos que a averiguação da persistência (ou não) do subfinanciamento feminino, juntamente com o ainda baixo número de candidatas eleitas, são por si só achados pertinentes, independentemente das demais variáveis envolvidas.

Para a análise da variável total de receita declarada, a pesquisa faz uso do índice criado por Sacchet e Speck (2012b), chamado de Índice de Sucesso de Receita (ISR). Sua finalidade é proporcionar uma comparação direta entre as Unidades Federativas sem desconsiderar que cada uma delas possui suas particularidades em termos eleitorais, uma vez que, a mesma quantia de dinheiro, numa campanha política, pode valer mais ou menos, dependendo do lugar. O ISR relaciona a soma dos recursos financeiros arrecadados por cada candidato com o total das receitas de todos os candidatos do Estado. Para o seu cálculo, multiplica-se a receita do candidato pelo número de candidatos concorrentes e divide-se pelo valor total de receita no Estado. O valor do índice é 1 (um) quando a receita do candidato corresponde exatamente à média das receitas dos demais candidatos. Quando o valor é maior do que 1 isso

mostra que o candidato supera a média. Quanto mais próximo o índice for de zero, pior é o desempenho do candidato em relação aos recursos financeiros arrecadados em comparação à média dos seus oponentes (SACCHET & SPECK, 2012b).

Outros dois procedimentos utilizados são os cálculos de razão simples e razão de chances. Esta última, também conhecida como razão de probabilidades (*odds ratio*), é comumente aplicada sobre dois grupos de dados. Essencialmente, ela avalia qual evento é mais provável de ocorrer em um dado grupo (Grupo 1), e a chance de ocorrer em um outro grupo (Grupo 2). Se o resultado for igual a 1, o evento tem a mesma probabilidade de ocorrer em ambos os grupos. Se for maior que 1, é mais provável de ocorrer no Grupo 1. E se for menor que 1, é mais provável de ocorrer no Grupo 2. É válido lembrar que o Grupo 1 é sempre aquele que se busca avaliar. (BLAND & ALTMAN, 2000). No caso deste trabalho, o Grupo 1 corresponde às mulheres e o Grupo 2 aos homens.

Ressalta-se que este estudo é de natureza quantitativa e, sendo assim, sofre das limitações inerentes a esse tipo de abordagem. Não se ignora que outros fatores são importantes tanto para a candidatura, quanto para o desempenho eleitoral, como, por exemplo, os capitais políticos e sociais dos/as concorrentes. Tais fatores estão positivamente correlacionados ao financiamento de campanha, ou seja, candidatos com mais acesso a esses recursos, terão maior facilidade para arrecadar fundos de campanha. Lembrando que, na maioria dos casos, as mulheres carecem tanto de capitais político e social, quanto de recursos financeiros pessoais, o que faz com que elas entrem na competição política em desigualdade de condições com os homens. (SACCHET & SPECK, 2012b). A análise aqui proposta não aprofunda nos dados que pudessem apontar esses capitais, em virtude da escassez ou da simples inexistência de informações sobre todos/as os/as concorrentes.

3 | PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS FEMININAS EM 2014

Nas eleições de 2014, notou-se um aumento considerável no número de candidatas para quase todos os cargos. No geral, houve um crescimento de 46,5% na quantidade de mulheres disputando o pleito em comparação a 2010. Foram 8131 candidaturas femininas, 31,7% do total de candidaturas que foi de 26172. Quando consideramos o percentual de candidaturas aptas, o número total cai para 22530 registros, sendo 6449 registros femininos. Sendo assim, o percentual de mulheres na disputa cai para 28,62%. A análise de Junckes et. al. (2015), das eleições de 2010, mostrou que apenas 20% do total de candidaturas femininas foram consideradas aptas. Sendo assim, apesar do não cumprimento das cotas, vê-se um aumento significativo no percentual de mulheres aptas concorrendo ao pleito.

A disputa para o Senado Federal, a qual é regida de forma majoritária, mostrou um pequeno aumento no número de candidaturas femininas, em comparação com

2010. Somaram-se 29 (13%) candidatas aptas, contra 33 (20,6%) no ano de 2014. Lembrando que nas eleições de 2014, apenas um terço das vagas foi preenchido, já em 2010, cada Unidade da Federação dispunha de dois assentos para a disputa. Nos governos estaduais, o percentual de candidatas é muito mais baixo: 12,12%, um pouco maior que nas eleições passadas, 10,7%. No pleito de 2014, foram 20 mulheres competindo ao cargo de governadora e 44 como vice-governadora. Já para o cargo de presidente, três das 11 candidaturas foram femininas (27,27%) e, para vice foram também três mulheres (27,27%) concorrendo. Nas eleições de 2010, duas mulheres estavam no pleito presidencial e apenas uma concorria a vice.

Foi na disputa para os cargos proporcionais que observou-se um maior aumento no número de registros femininos. As disputas estaduais/distrital contaram com 6413 mulheres candidatas, contra 3572 em 2010. Para a Câmara dos Deputados, como já mencionado, foram 1711 (29,3%) de candidaturas femininas, um aumento de 45% em comparação a 2010, quando houve 930 candidatas aptas para o pleito. Do total de mulheres que se candidatou para o cargo, apenas 3% foi eleito. No caso dos homens, do total de concorrentes, 11,2% se elegeram.

É válido lembrar que a o aumento no número de candidaturas femininas ao longo do tempo, não vem acompanhado de um aumento significativo do número de cadeiras conquistadas por mulheres. Para Araújo (2011), pode-se suspeitar que esse incremento no número de competidoras tende a diminuir as chances de eleição das mesmas, uma vez que existe um universo maior de mulheres, porém menos competitivo. Sendo assim, o limiar ou o teto que se elege tende a permanecer o mesmo, já que o perfil de quem entra a mais não é formado por pessoas com capitais eleitorais, que possa causar uma alteração no *status quo*. (ARAÚJO, 2011).

Dos 32 partidos que participaram das eleições de 2014, apenas nove deles conseguiram cumprir a cota de candidaturas femininas. São eles: PC do B, PCB, PMN, PRB, PSDB, PSL, PSOL, PSTU e PTN. Do total, 15 partidos (PEN, PHS, PROS, PRP, PRTB, PSD, PSDC, PSL, PSOL, PT do B e SOLIDARIEDADE) não elegeram nenhuma mulher, sendo que desses quatro não elegeram nenhum representante (PCB, PCO, PPL e PSTU).

Na tabela abaixo, que inclui apenas os partidos que elegeram candidatos nas eleições de 2014, pode-se observar o desempenho feminino nos partidos e a diferença entre a arrecadação das mulheres e dos homens de cada partido. Os dados evidenciam que a receita das mulheres foi menor do que a dos homens em quase todos os partidos.

É válido colocar que a “Razão das médias das receitas” foi calculada por meio da divisão da receita média das mulheres, pela receita média dos homens (Fórmula da razão de médias: $\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i$). Já a “Razão de chances”, ou razão de probabilidade, foi calculada com a utilização da divisão de eleitos/as por candidatos/as, para mulheres e homens ($R = \frac{p(1-q)}{q(1-p)}$).

Partidos	Média de ISR			Candidatos			Eleitos			Razão de chances de eleição (M/H)	Razão entre médias de arrecadação de M/H em ISR
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	%	Homens	Mulheres	%	Homens		
DEM	0,21	2,46	1,88	36	25,9%	103	1	4,8%	20	0,12	0,08
PC do B	1,12	2,91	2,25	27	37,0%	46	4	40,0%	6	1,16	0,38
PDT	0,18	0,91	0,71	77	27,8%	200	1	5,3%	18	0,13	0,19
PEN	0,02	0,29	0,22	54	25,5%	158	0	0,0%	2	0	0,07
PHS	0,03	0,21	0,16	62	28,2%	158	0	0,0%	5	0	0,14
PMDB	0,80	3,24	2,52	96	29,5%	229	7	10,6%	59	0,22	0,25
PMN	0,31	0,36	0,34	46	33,1%	93	1	33,3%	2	1,01	0,86
PP	0,96	4,05	3,15	46	29,1%	112	2	5,3%	36	0,09	0,23
PPS	0,60	1,31	1,11	32	27,6%	84	2	10,0%	8	0,63	0,46
PR	0,76	2,55	2,06	48	27,7%	125	4	11,8%	30	0,29	0,30
PRB	0,13	0,90	0,65	71	32,1%	150	2	9,5%	19	0,19	0,14
PROS	0,11	1,85	1,38	24	26,7%	66	0	0,0%	11	0	0,06
PRP	0,06	0,14	0,11	61	28,6%	152	0	0,0%	3	0	0,43
PRTB	0,04	0,12	0,10	45	23,3%	148	0	0,0%	1	0	0,33
PSB	0,48	0,96	0,82	106	29,9%	248	5	19,2%	29	0,37	0,5
PSC	0,57	1,01	0,88	45	29,6%	107	2	15,4%	11	0,40	0,56
PSD	0,15	3,55	2,67	40	26,0%	114	0	0,0%	36	0	0,04
PSDB	0,55	2,76	2,00	99	34,4%	189	5	9,3%	49	0,15	0,20
PSDC	0,04	0,18	0,14	45	25,6%	131	0	0,0%	2	0	0,22
PSL	0,05	0,41	0,29	54	33,3%	108	0	0,0%	1	0	0,12
PSOL	0,03	0,07	0,06	115	30,9%	257	0	0,0%	5	0	0,43
PT	0,93	2,96	2,38	102	28,7%	253	9	13,2%	59	0,31	0,31
PT do B	0,11	0,24	0,21	55	28,1%	141	0	0,0%	2	0	0,46
PTB	1,03	1,06	1,05	65	28,8%	161	2	8,0%	23	0,19	0,97
PTC	0,15	0,06	0,09	44	26,0%	125	1	50,0%	1	2,88	2,5
PTN	0,31	0,14	0,19	32	30,8%	72	2	50,0%	2	2,33	2,21
PV	0,10	0,59	0,46	70	27,6%	184	1	12,5%	7	0,36	0,17
SD	0,09	2,02	1,47	40	28,6%	100	0	0,0%	15	0	0,04

Tabela 1 - Relação entre receitas e mulheres eleitas para o cargo de deputada federal, segundo partidos políticos 2014

Com base na classificação ideológica, proposta no trabalho de Tarouco e Madeira (2013), vemos que foi nos partidos menores e de esquerda que o financiamento das campanhas femininas ficou superior ao das masculinas. Os dados apontam que as mulheres tiveram uma razão de chances de eleição melhor que as dos homens nos partidos PC do B (1,16), PMN (1,01), PTC (2,88) e PTN (2,33). Os partidos nos quais as mulheres tiveram o pior desempenho em arrecadação média de receita foram, Solidariedade (0,04), PSD (0,04), PROS (0,06), PEN (0,07), DEM (0,08) todos posicionados mais à direita no espectro ideológico partidário. Aqui novamente se confirma a tendência já constatada na literatura internacional e nacional, ou seja, a esquerda tende a eleger mais, o centro vem em seguida e a direita elege menos. É interessante notar outro ponto levantado por Araújo e Alves (2007), que partidos de esquerda médios e grandes elegem menos mulheres quando comparados aos pequenos. O que pode-se notar vendo o desempenho feminino no PT, PV e PSOL,

por exemplo.

Ainda em relação aos partidos políticos, os gráficos 1 e 2 ilustram a distribuição de receita por gênero em dois grupos, não eleitos/as e eleitos/as. Nota-se que a concentração de recursos nos homens, ocorre nos dois grupos, na maioria dos partidos. Somente no PMN, PTC e, as mulheres eleitas arrecadaram mais que seus pares masculinos. Interessante notar que nesse caso, cada partido encontra-se em uma posição no espectro ideológico, esquerda, direita e centro, respectivamente. A comparação entre os gráficos mostra que nos partidos onde a receita das mulheres foi baixa, o desempenho eleitoral delas foi pior.

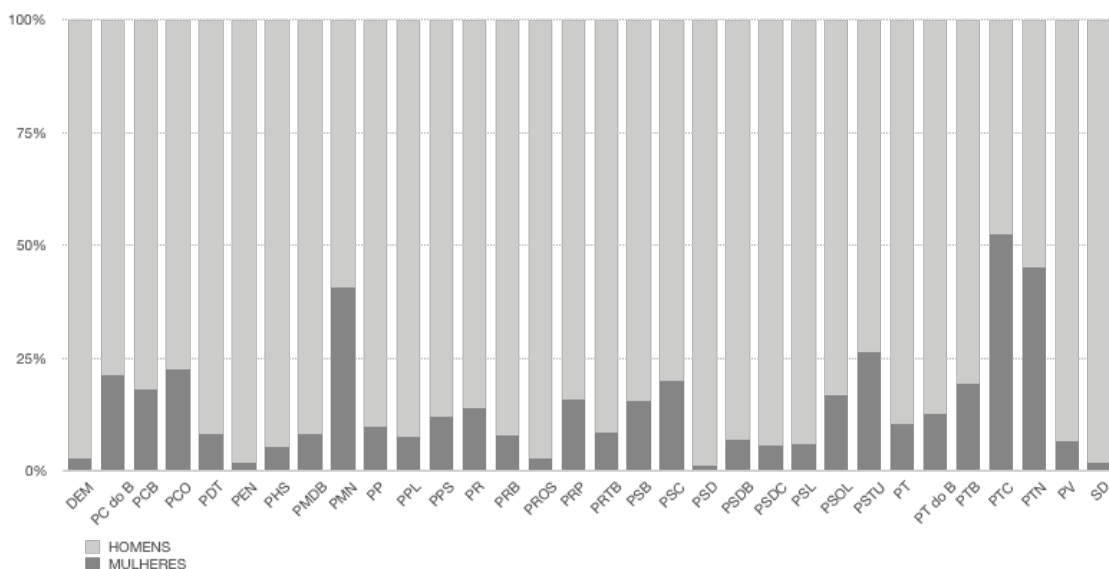


Gráfico 1 - Receita Total de Candidatos/as por Gênero

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

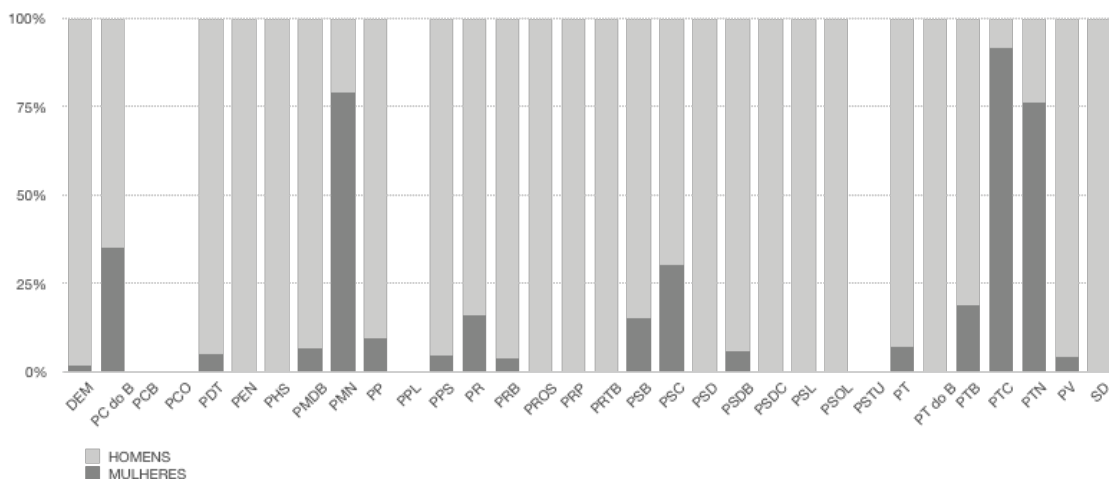


Gráfico 2 - Receita Total de Candidatos/as Eleitos por Gênero

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

A análise sobre partidos mostra que no pleito para a Câmara dos Deputados a posição no espectro ideológico fez diferença no desempenho das mulheres. Fato que

difere do relatado por Sacchet (2013) nas eleições municipais de 2012, onde a posição de esquerda, de centro ou de direita não foi um fator que impactou significativamente no número de mulheres selecionadas e eleitas. E difere também do encontrado por Bohn (2009), que em sua análise das eleições municipais de 2008, constatou que partidos de direita possuem mais mulheres candidatas e eleitas. Isso mostra que a disputa proporcional federal possui uma dinâmica diferente da disputa municipal.

A apresentação da análise sobre o financiamento eleitoral nas eleições de 2014 mostra, assim como foi apontado por Sacchet e Speck (2012b) no pleito de 2010, que existem diferenças significativas entre o financiamento das campanhas de homens e de mulheres, e que a correlação entre as receitas e o desempenho eleitoral, para ambos os gêneros, é alta.

Os dados aqui apresentados reafirmam a importância do financiamento para o sucesso eleitoral, por meio da alta correlação existente entre dinheiro gasto em campanhas e razão de chances. Nos partidos nos quais as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi maior. Sendo assim, visto que o financiamento é um recurso eleitoral central, para que ocorra um aumento na representação política feminina no Brasil, é necessário haver uma equiparação das arrecadações e gastos de campanha de homens e mulheres.

4 | PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo fez uma breve análise da distribuição dos recursos financeiros de campanha das eleições de 2014 a partir de uma perspectiva de gênero. Mostrando que um dos obstáculos centrais para a grande maioria das mulheres que iniciam e participam da vida política é o montante substancial de dinheiro geralmente exigido para a realização de uma campanha e para a vitória nas eleições.

Existe uma relação significativa entre ser eleito/a e a quantia de dinheiro arrecadado para a campanha. As mulheres, na sua maioria, além de possuírem menos recursos do que os homens, tendem a ser mais comedidas no uso de recursos para fins pessoais, devido à sua visão mais coletiva ou familiar do pertencimento e uso da sua renda. Somado a isso, existe o fato de que elas podem duvidar que tenham chances reais de se elegerem, entre outros. O fato de as mulheres serem relativamente novatas na política eleitoral e também menos articuladas em grupos e associações políticas formais, dificulta o acesso delas aos financiadores privados. Isso, por sua vez, faz com que os partidos invistam menos nas campanhas femininas, pois preferem investir em candidatos com um currículo eleitoral mais consolidado.

A análise das receitas femininas e masculinas por partidos políticos, mostrou que as primeiras foram menores do que as segundas em quase todos os partidos. O que confirma nossa primeira hipótese. Nos partidos posicionados mais à esquerda o desempenho eleitoral feminino foi melhor, já nos partidos mais à direita observou-se

o contrário. Sem pretender fazer colocações conclusivas ou mesmo esgotar todas as possibilidades de análise, observou-se que nos partidos onde as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi maior do que o de seus pares masculinos. O que leva a crer que a distribuição das receitas de campanha afetou o desempenho eleitoral das concorrentes, confirmando nossa segunda hipótese.

Visto a importância que possui a representação dos mais variados grupos nos espaços decisórios para um bom funcionamento da democracia, a sub-representação feminina aponta uma falha no sistema democrático vigente. Até agora, as cotas têm mostrado resultados, porém, outras mudanças são necessárias para que mais mulheres tenham reais oportunidades de se candidatarem, competirem e se elegerem em condições equivalentes às dos homens. Entende-se que os recursos financeiros não explicam por si só a ausência feminina nos espaços de poder, todavia, uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres possibilitaria uma competição mais justa e conseqüentemente aprimoraria o processo democrático das eleições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C., 2011. As Mulheres e o Poder Político – desafios para a democracia nas próximas décadas in *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. CEPIA, Rio de Janeiro.

_____, 2013. Cotas Femininas e Financiamento de Campanha. *Cadernos ADENAUER*, São Paulo, v. 1, p. 11-30.

ARAÚJO, C. e ALVES J. E. D. 2007. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 50, n.3, p. 535-577.

ARAÚJO, C., et. al., 2002. A construção das democracias ocidentais e o lugar das mulheres in *Mulheres e o Poder Legislativo no estado do Rio de Janeiro: lugares, perfis e experiências municipais*, CEDIM, Rio de Janeiro, p. 09-14.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G., 2000. The odds ratio. *BMJ*, Oxford. May, vol. 320.

BIROLI, F., 2009. Gênero e Política no Noticiário das Revistas Semanais Brasileiras: ausências e estereótipos in *Cadernos Pagu* (34), janeiro-junho, pg. 269-299.

BOHN, S., 2009. Mulheres Brasileiras na disputa do Legislativo Municipal. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece as normas para as eleições. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Data de acesso: 30/06/2016.

COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A 2009. História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. *Psicologia Política*, vol. 9. nº 17 . PP. 85-99. jan. - jun., p. 87-94

IPU, Inter Parliamentary Union. Disponível em < <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Data de acesso em 09 out. 2015.

JUNCKES, I. J. HOROCHOVSKI, R. R., CAMARGO, N. F., SILVA, J. M., SILVA, E. A. e ALMEIRA, L. B. 2015. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* – UEPG, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-47.

SACCHET, T., 2011. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas in PAIVA, D. (org). *Mulheres, Política e Poder*, Cânone, Goiânia.

_____, 2013. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, XIV, n. 2, p. 85-107.

SACCHET, T. e SPECK, B. W. 2012a. Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, p. 177-197.

_____. 2012b. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos in *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

TAROUCO, G. S., MADEIRA, R. M., 2013. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil, *Revista de Sociologia e Política* v. 21, no 45: 149-165 mar.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2012/eleicoes-2012>, data de acesso: 08/12/2014.

_____, Repositório de dados eleitorais em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Data de acesso: 08/03/2015

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270